



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Começamos 2015 em um contexto desfavorável para o setor energético no Brasil, principalmente, em decorrência do cenário hidrológico no país. Ao longo do ano, além do empenho e esforço realizado para cumprir nossas metas, atuamos fortemente com o foco estratégico na valorização do capital humano e respeito à vida, intensificando ações e promovendo a gestão de segurança daqueles que compõem a nossa companhia. Agradeço aos colaboradores, clientes, acionistas e parceiros pelo empenho, dedicação, profissionalismo e confiança em nosso trabalho, norteado pela preservação da vida, das comunidades do entorno e do meio-ambiente. Para este ano, continuaremos a privilegiar a ética, competência e segurança, buscando sempre a excelência na execução do trabalho realizado.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2015, a energia geração foi de 3.847,2 GWh, 19,2% inferior aos 4.762,4 GWh gerados em 2014 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 92,8%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade média de 92,2% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índices superiores ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVESTCO		2015	2014	%
Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida		215.448	205.131	5,0%
Gastos não gerenciáveis		(2.157)	(3.478)	-38,0%
Energia comprada para revenda		(670)	(1.822)	-63,2%
Encargos de uso do sistema		(1.400)	(1.380)	1,4%
Outros		(87)	(276)	-68,5%
Margem Bruta		213.291	201.653	5,8%
Gastos gerenciáveis		(80.750)	(67.770)	19,2%
Total do PMSO		(42.914)	(30.920)	38,8%
Pessoal		(11.089)	(11.277)	-1,7%
Material		(1.089)	(961)	13,3%
Serviços de terceiros		(15.833)	(16.403)	-3,5%
Provisões		(289)	202	-243,1%
Outros		(14.614)	(2.481)	489,0%
Aluguéis e arrendamentos		(415)	(342)	21,3%
Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens		(12.248)	(180)	6.704,4%
Outras		(1.951)	(1.959)	-0,4%
Depreciação e amortização		(37.836)	(36.850)	2,7%
Depreciação		(36.465)	(36.061)	1,1%
Amortização		(1.371)	(789)	73,8%
Resultado do serviço (EBIT)		132.541	133.883	-1,0%
EBITDA		170.377	170.733	-0,2%
Margem EBITDA		79,1%	83,2%	-5,0%
Resultado das participações societárias		-	-	0,0%
Resultado financeiro líquido		(43.844)	(22.038)	98,9%
Receitas financeiras		8.384	5.524	51,8%
Despesas financeiras		(52.228)	(27.562)	89,5%
LAIR		88.697	111.845	-20,7%
IR e Contribuição social		(19.158)	(19.313)	-0,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.657)	(19.833)	4,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.499	520	188,3%
Lucro líquido antes de minoritários		69.539	92.532	-24,8%
Lucro líquido		69.539	92.532	-24,8%

A Investco registrou receita operacional líquida de R\$ 215,4 milhões em 2015, aumento de 5,0% frente ao realizado em 2014. Este aumento é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo do Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

Os gastos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,2 milhões, queda de 38,0% em relação ao ano de 2014, resultante principalmente do menor impacto de GSF entre os períodos comparados, sendo o GSF médio de 2015 de 85,1% ao PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 288,1/MWh, comparado à 2014 (GSF médio de 90,6% e PLD Médio Submercado SE/CO de R\$ 688,9/MWh). Adicionalmente, houve impacto positivo da repactuação do risco hidrológico de R\$ 0,6 milhão. Os gastos gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, material, serviço de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas totalizaram R\$ 80,8 milhões, aumento 19,2% entre os anos, sendo que esta variação em função, principalmente, da provisão para descontinuidade do projeto de Tupiratin, contabilizado na rubrica de ganhos e perdas na desativação e alienação de bens.

O EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$ 170,4 milhões no ano de 2015 frente aos R\$ 170,8 milhões do ano de 2014, não apresentando variação significativas entre os períodos devido aos efeitos explicados anteriormente. O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 21,8 milhões entre os períodos comparados, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39). Em decorrência destes efeitos, o lucro líquido totalizou R\$ 69,5 milhões, redução de 24,8% em relação ao ano anterior.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

INVESTCO		2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)		215.448,00			205.131,00		
Resultado operacional (RO)		88.697,00			111.845,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)		9.184,00			8.709,00		
2 - Indicadores Sociais Internos							
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	723,15	7,87%	0,34%	732,65	8,41%	0,36%	
Encargos sociais compulsórios	2.064,11	22,48%	0,96%	2.103,80	24,16%	1,03%	
Previdência privada	243,27	2,65%	0,11%	176,50	2,03%	0,09%	
Saúde	564,52	6,15%	0,26%	564,52	6,48%	0,28%	
Segurança e saúde no trabalho	36,72	0,40%	0,02%	36,72	0,42%	0,02%	
Educação	25,52	0,28%	0,01%	25,52	0,29%	0,01%	
Cultura	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	107,60	1,17%	0,05%	107,60	1,24%	0,05%	
Creches ou auxílio-creche	22,21	0,24%	0,01%	22,21	0,26%	0,01%	
Participação nos lucros ou resultados	695,51	7,57%	0,32%	695,51	7,99%	0,34%	
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Outros	39,92	0,43%	0,02%	39,92	0,46%	0,02%	
Total - Indicadores sociais internos	4.522,53	49,24%	2,10%	4.504,95	51,73%	2,20%	
3 - Indicadores Sociais Externos							
	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	13,50	0,02%	0,01%	-	0,00%	0,00%	
Cultura	95,00	0,11%	0,04%	162,00	0,14%	0,08%	
Saúde e saneamento	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Esporte	169,00	0,19%	0,08%	100,00	0,09%	0,05%	
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Outros	38,50	0,04%	0,02%	-	0,00%	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade	316,00	0,36%	0,15%	262,00	0,23%	0,13%	
4 - Indicadores Ambientais							
	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,36%	2,38%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	6.069,76	6,84%	2,82%	4.873,36	4,36%	2,38%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional							
		2015		2014			
Nº de empregados(as) ao final do período		66		68			
Nº de admissões durante o período		1		8			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		71		62			
Nº de estagiários(as)		1		1			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		ND		5			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		17		17			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		ND		ND			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		4		4			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		ND		ND			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		ND		0			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial							
		2015		2014			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		ND		ND			
Número total de acidentes de trabalho		0		0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apóia	(x) organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	na Empresa:	no Procon:	na Justiça:	
	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):					204.745,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		governo: 24,3% acionistas: 20,0% colaboradores: 5,8% retido: 19,7% Terceiros: 30,1			governo: 25,0% acionistas: 24,0% colaboradores: 6,0% retido: 29,0% Terceiros: -		
7 - Outras Informações							
N/A - Não Aplicável.							

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2015 totalizaram R\$ 10,1 milhões sendo: R\$ 4,5 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 4,3 milhões em Máquinas e Equipamentos, R\$ 0,9 milhões em adiantamentos a fornecedores e R\$ 0,4 milhões em Outros, 27,9% superior ao ano de 2014.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento financeiro atingiu R\$ 89,3 milhões em 2015 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2014.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com foco na sustentabilidade, a Investco, ao longo de 2015, programou sua Política de Responsabilidade Socioambiental buscando o desenvolvimento da comunidade do entorno e a conservação do meio ambiente em que está inserida, destinando seus investimentos sociais com foco na educação, cultura, lazer e esporte, de acordo com as melhores práticas de mercado, visando à adoção de hábitos para a conscientização ambiental. Por meio do diálogo permanente com a comunidade, os investimentos socioambientais de 2015 focaram o uso múltiplo e preservação do reservatório, além do desenvolvimento de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, as atividades foram implantadas sob a vertente da educação ambiental, trabalhada de maneira transversal e envolvendo um público de mais de 10 mil pessoas, primando pela sustentabilidade do meio com a premissa "Quem Ama Cuida". A interação com a comunidade possibilita um caminho seguro e eficaz para a transformação da sociedade, que passa a optar pelo desenvolvimento sustentável e conservação de seus recursos naturais.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 648 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. **Site:** Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e o setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN sobre o Circuito Cultural e Esportivo Investco.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone e ofício a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo institucional e de segurança, uma palestra sobre a empresa e o funcionamento da usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco realiza uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Como reconhecimento pelo apoio ao esporte, a Investco ganhou do Ministério do Esporte, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de Empresa Amiga do Esporte, como a empresa que mais investe no esporte no Estado do Tocantins.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2015 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales Monteiro, no município de Lajeado, foi contemplada com este programa. Foram beneficiados 396 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo os livros "Lúmen e a energia elétrica" e "Energia sustentável para todos". Além disso, 26 professores receberam orientações de colaboradores e parceiros, para trabalharem durante todo o ano com o tema "Luz do nosso futuro", com base na "Carta da Terra". Os alunos participaram de concurso de desenho, pintura e colagem sobre o tema, tendo como produto final a produção de calendários com as melhores obras. A escola também recebeu a Cia. Os Cako, com o espetáculo teatral e circense "Vidas diversas".

Associação de Canoagem de Porto Nacional: O apoio ao projeto Remando para a Cidadania, beneficiou 30 crianças e adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Também investiu na colocação de 10 jovens na categoria de alto rendimento, capacitando-os para competições, inclusive internacionais. Um dos jovens é atleta com necessidades especiais, cadeirante, e vive o sonho de participar das paraolimpíadas em 2016. O uso da canoagem como ferramenta para a inclusão social alia os temas da cidadania, como direitos e deveres além de vida saudável, vida em família, viver sem drogas, e acompanhamento escolar. Todo o desenvolvimento das atividades do projeto destaca a questão do uso sustentável do Lago, indicando o seu potencial turístico e econômico.

Associação Atlético Atenas: Esta associação desenvolve o projeto Inclusão Social através do Futebol Society, beneficiando 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida.

Associação de Mulheres em Ação de Palmas: A Investco apoiou o projeto Bioarte, que tem foco na qualificação profissional com produção de artesanato com frutos do cerrado. Geração de renda e inserção nas redes de economia solidária são ganhos possíveis aos participantes destes projetos. No ano de 2015, 218 artesãos (maioria mulheres) passaram pelas oficinas, com capacitação em produção, gestão, comercialização e estruturação de um empreendimento comercial.

Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado: Esta associação desenvolveu o projeto "Costurando a vida", que visa à geração de renda para um grupo de 20 famílias, a partir da confecção de peças para serem utilizadas na cozinha, no banho e outras como bolsas, panos de prato de costura, tecidos e aviamentos necessários à produção. O projeto foi desenvolvido com duração de seis meses, no município de Lajeado/TO, cujo objetivo foi disseminar junto aos alunos, aos professores, aos gestores de órgãos públicos, aos responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente, e aos moradores, a arte e cultura dos povos primitivos, que habitaram o município de Lajeado. O projeto uniu o trabalho artesanal da AMAE, a visitação a um sítio arqueológico e a apresentação de cientistas sobre a importância dos achados locais.

Boca Livre: Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. Foram quatro temas em 2015, com contratação e apresentação de profissional especialista: "Diversidade cultural do Brasil, cantada em prosa e verso no Tocantins", "Inovação e diversidade andam juntas!", "Desafios e escolhas, faces da moeda da vida!", "O sentido da família na vida do trabalho". Participaram em média 60 pessoas/tema, atividade seguida de um lanche comunitário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2014. Adicionalmente em 2015, foram prestados serviços de procedimentos previamente acordado referente à Carta Técnica, no valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria. Este serviço foi concluído em 2015. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.663	81.046	
Concessionárias	5	1.200	618	
Rendas a receber	6	19.215	18.425	
Impostos e contribui�es sociais	7	7.991	4.578	
Prêmio de risco - GSF	10	48		
Outros créditos	11	5.115	4.425	
Total do Ativo Circulante		83.232	109.092	
Não circulante				
Caues e depósitos vinculados		550	483	
Prêmio de risco - GSF	10	102		
Outros créditos	11	551		
		1.203	483	
Imobilizado	12	1.201.996	1.228.494	
Intangível	13	14.177	24.787	
		1.216.173	1.253.281	
Total do Ativo Não circulante		1.217.376	1.253.764	
TOTAL DO ATIVO		1.300.608	1.362.856	

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

DEMONSTRAES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)				
	Nota	2015	2014	
Receitas	21	215.448	205.131	
Custo da produo e do servio de energia elétrica	22			
Custo do servio de energia elétrica		(2.157)	(3.202)	
Custo de operao		(53.600)	(50.232)	
		(55.757)	(53.434)	
Lucro bruto		159.691	151.697	
Despesas e Receitas operacionais	22			
Despesas com vendas			15	
Despesas gerais e administrativas		(14.220)	(16.971)	
Depreciaes e amortizaes		(393)	(402)	
Outras despesas e receitas operacionais		(12.537)	(456)	
		(27.150)	(17.814)	
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		132.541	133.883	
Resultado financeiro	23			
Receitas financeiras		8.384	5.524	
Despesas financeiras		(52.228)	(27.562)	
		(43.844)	(22.038)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	24	88.697	111.845	
Imposto de renda e contribuio social correntes		(20.657)	(19.833)	
Imposto de renda e contribuio social diferidos		1.499	520	
		(19.158)	(19.313)	
Resultado líquido do exercício		69.539	92.532	
Resultado por ao atribuível aos acionistas				
Resultado básico/diluido por ao (reais/aes)	25			
ON		0,12598	0,16971	
PNR		0,01223	0,01223	
PNA		0,12598	0,16971	
PNB		0,03669	0,03669	
PNC		0,12598	0,16971	

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

DEMONSTRAES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
		2015	2014	
Resultado líquido do exercício		69.539	92.532	
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		203	261	
Imposto de renda e contribuio social diferidos		(69)	(89)	
Resultado abrangente do exercício		69.673	92.704	

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

DEMONSTRAES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
		2015	2014	
Gerao do valor adicionado		251.298	236.473	
Receita operacional		237.743	228.305	
Proviso para créditos de liquidao duvidosa e perdas líquidas			15	
Receita relativa  construo de ativos próprios		13.350	8.134	
Outras receitas		205	19	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(47.212)	(31.728)	
Custos da energia comprada		(825)	(2.008)	
Encargos de uso da rede elétrica		(1.543)	(1.521)	
Materiais		(5.568)	(6.078)	
Servios de terceiros		(17.936)	(19.527)	
Outros custos operacionais		(21.340)	(2.594)	
Valor adicionado bruto		204.086	204.745	
Retenes				
Depreciaes e amortizaes		(37.906)	(36.902)	
Valor adicionado líquido produzido		166.180	167.843	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		8.610	5.524	
Valor adicionado total a distribuir		174.790	173.367	
Distribuio do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerao direta		8.103	8.050	
Benefícios		1.559	1.571	
FCTS		473	584	
Impostos, taxas e contribuies				
Federais		42.024	42.568	
Estaduais		438	141	
Municipais			6	
Remunerao de capitais de terceiros				
Juros		52.228	27.562	
Aluguéis		426	353	
Remunerao de capital próprio				
Juros sobre capital próprio		35.018	42.221	
		140.269	123.056	
Lucros retidos		34.521	50.311	
		174.790	173.367	

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade an nima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituio e explorao dos sistemas de produo, transmisso, transformao, distribuio e comércio de energia elétrica, especialmente a explorao dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhes e Sistema de Transmisso Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concesso de Uso de Bem Público n  05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concesso

A Companhia det m parte do Contrato de Concesso de explorao dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicao no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condies que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operao com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas no é titular exclusiva do Contrato de Concesso. A concesso da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, so as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado devero destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda s empresas concessionárias de servio público de distribuio. Caso as concessionárias no consigam entregar essa quantidade de energia, devero ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do t rmo final do Contrato, todos os bens e instalaes vinculados  Usina Hidrelétrica passaro a integrar o patrim nio da Unio, mediante indenizao dos investimentos realizados e ainda no amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado   utilizada e comercializada, na condio de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concesso, pelas citadas concessionárias, na proporo de suas participaes.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional  participao das concessionárias no Contrato de Concesso. Assim, além da receita auferida pela comercializao da energia elétrica na proporo de sua participao, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens sero revertidos para a Unio, quando do término do Contrato de concesso.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em funo da outorga a ela concedida para explorao do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga  Unio, do 7  ao 35  ano de concesso ou enquanto estiver na explorao do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variao do  ndice Geral de Preos do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigao   de R\$48.113.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicara, a j zo da ANEEL, a caducidade da concesso. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$4.001 (R\$3.857 em 2014) (Nota 18).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei n  9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentao específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 11.3).

2 Base de preparao

2.1 Declarao de conformidade

As demonstraes financeiras da Companhia esto preparadas de acordo com as prticas contbeis adotadas no Brasil, em observância s disposies contidas na Lei das Sociedades por Aes, e incorporam as mudanas introduzidas pelas Leis n  11.638/07 e n  11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretaes e orientaes do Comitê de Pronunciamentos Contbeis - CPC, aprovados por Resolues do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberaes da Comisso de Valores Mobiliários - CVM e esto em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislao específica emanada pela ANEEL, quando esta no for conflitante com as prticas contbeis adotadas no Brasil e/ou com as prticas contbeis internacionais.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014	
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	14	4.762	5.358	
Impostos e contribuies sociais	7	8.989	9.878	
Dividendos	15	32.459	38.536	
Empréstimos, financiamentos e encargos de d�vidas	16	8.488	10.748	
Benefícios pós-emprego	17	39	45	
Uso do bem público	18	4.268	4.235	
Provises	19	10.829	1.723	
Outras contas a pagar	11	2.365	3.589	
Total do Passivo Circulante		72.199	74.112	
Não circulante				
Tributos diferidos	8	11.557	12.987	
Empréstimos, financiamentos e encargos de d�vidas	16	80.830	78.874	
Benefícios pós-emprego	17	505	584	
Uso do bem público	18	43.845	40.775	
Provises	19	12.239	14.884	
Outras contas a pagar	11	351	52	
Total do Passivo Não circulante		149.327	148.156	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	20.1	804.459	804.459	
Reservas de capital	20.3	14.473	14.473	
Reservas de lucros	20.3	259.794	321.434	
Outros resultados abrangentes	20.4	356	222	
Total do Patrimônio líquido		1.079.082	1.140.588	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.300.608	1.362.856	

DEMONSTRAES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
		2015	2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuio social		88.697	111.845	
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Proviso para créditos de liquidao duvidosa e perdas líquidas			(15)	
Depreciaes e amortizaes		37.836	36.850	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		12.552	217	
Encargos de d�vidas e variaes monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		34.785	15.489	
Uso do bem público - atualizao monetária e AVP		7.104	3.949	
Proviso para plano de benefícios pós-emprego		117	155	
Provises (reverses) e atualizaes monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.963	823	
Provises para licenas ambientais - atualizao monetária e AVP		1.880	351	
Ajuste a valor presente		6.676	6.520	
Impostos e contribuies sociais - atualizao monetária		(107)	(379)	
Outros		22	940	
		191.525	176.745	
(Aumento) diminuio de ativos operacionais				
Concessionárias		(582)	80	
Impostos e contribuies sociais compensáveis		(2.534)	(1.623)	
Caues e depósitos vinculados		(67)	(32)	
Rendas a receber		(790)	(801)	
Outros ativos operacionais		(1.391)	(248)	
		(5.364)	(2.624)	
Aumento (diminuio) de passivos operacionais				
Fornecedores		(596)	1.650	
Outros tributos e contribuies sociais		(5.047)	(1.559)	
Benefícios pós-emprego		1		
Provises		(4.633)	(2.820)	
Uso do bem público		(4.001)	(3.857)	
Outros passivos operacionais		(947)	(726)	
		(15.223)	(7.312)	
Caixa proveniente das atividades operacionais		170.938	166.809	
Imposto de renda e contribuio social pagos		(23.946)	(20.007)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		146.992	146.802	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adies ao Imobilizado e Intangível		(6.099)	(8.135)	
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(6.099)	(8.135)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(132.003)	(61.628)	
Pagamentos de encargos de d�vidas		(40.273)	(18.653)	
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(172.276)	(80.281)	
(Reduo) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(31.383)	58.386	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49.663	81.046	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		81.046	22.660	
		(31.383)	58.386	

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

DEMONSTRAES DAS MUTAES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em 13 de janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9, 15 e 16 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação de risco hidrológico

Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.

O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.

A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generation Scaling Factor* - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.

Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.

Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico e também a petição de desistência das ações judiciais atrelada a UHE Lajeado com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 23 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.133/2015, anuiu a adesão da Companhia à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Adicionalmente, a Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 10).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	14.968	26.271
Aplicações financeiras - renda fixa	34.695	54.775
Total	49.663	81.046

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 90,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Concessionárias

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.200 (R\$618 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; e (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não houve saldo de PCLD em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

6 Rendas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Lajeado Energia	14.027	13.450
Paulista Lajeado Energia	1.345	1.290
CEB Lajeado	3.843	3.685
	19.215	18.425

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9). É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

7 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2015	
Ativo - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social		3.874	6		107	23.946	(1.784)	(20.656)	5.493	
ICMS		13							13	
PIS e COFINS		-	734					(734)	-	
IRRF sobre aplicações financeiras		653	1.800						2.453	
Outros		38	2	(8)					32	
Total		4.578	2.542	(8)	107	23.946	(1.784)	(21.390)	7.991	
		Nota	31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social		-	20.657					(20.656)	1	
ICMS		44	295			(333)			6	
PIS e COFINS		1.559	22.052			(19.354)	(1.784)	(734)	1.739	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		40	543			(541)		81	123	
IRRF sobre juros s/capital próprio		7.1	7.777	6.746		(7.777)			6.746	
Encargos com pessoal		375	2.632	(2)		(2.887)		(70)	48	
Outros		83	326			(72)		(11)	326	
Total		9.878	53.251	(2)	-	(30.964)	(1.784)	(21.390)	8.989	

Os impostos e contribuições sociais correntes, que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre Lucro.

7.1 IRRF sobre juros s/capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2016.

8 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa							(5)
Benefício pós-emprego				184	(326)	(142)	54
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas				2.229	(1.714)	515	230
Uso do bem público - CPC 25				16.359	3.761	3.744	(4.349)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39		8.1.2	29.558	23.022	52.683	46.044	(103)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes					184	115	
Outras				4.413	5.955	5.955	(3.276)
Total diferenças temporárias		8.1.1	52.743	32.738	64.300	45.725	1.499
Total bruto			52.743	32.738	64.300	45.725	1.499
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos			(52.743)	(32.738)	(52.743)	(32.738)	
Total			-	-	11.557	12.987	

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$1.430, foi registrada em contrapartida crédito do resultado do exercício no valor de R\$1.499 e a débito no Patrimônio líquido de R\$69.

8.1.1 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

8.1.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Refere-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

8.1.3 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total Não circulante
	5.983	5.774	5.773	5.030	5.030	15.090	10.063	52.743

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032	167	136			1.798	1.614
	Controle comum								
EDP Bandeirante	Controle comum	160,55	a 15/12/2032	5	12			38	151
				172	148	-	-	1.836	1.765
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			14.027	13.451			152.753	146.477
	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.843	3.685			41.420	40.131
	Acionista não controlador			1.345	1.289			14.648	14.046
				19.215	18.425	-	-	208.821	200.654
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			29	29	(237)	(562)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018			322	23	(322)	(259)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle comum		29/09/2011 a 28/09/2015						(144)
				-	-	351	52	(559)	(965)

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2015				31/12/2014					
	Taxes		Custo	Depreciação	Valor	Taxes		Custo	Depreciação	Valor
	anuais médias	de depreciação %				anuais médias	de depreciação %			
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos			114.510		114.510			114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(179.751)	512.948	2,00	689.038	(165.644)	523.394		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	332.885	(104.445)	228.440	3,23	332.886	(96.976)	235.910		
Máquinas e equipamentos	5,51	400.921	(144.582)	256.339	4,53	400.923	(132.567)	268.356		
Veículos	14,29	668	(597)	71	14,29	880	(792)	88		
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9		9		
		1.541.692	(429.376)	1.112.316		1.538.246	(395.979)	1.142.267		
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)										
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.468)	3.860	3,33	8.328	(4.191)	4.137		
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(29.594)	43.289	3,40	72.883	(27.127)	45.756		
		81.211	(34.062)	47.149		81.211	(31.318)	49.893		
Administração										
Máquinas e equipamentos	10,66	680	(431)	249	10,65	655	(347)	308		
Veículos	14,29	339	(243)	96	14,29	674	(418)	256		
Móveis e utensílios	6,25	396	(296)	100	6,25	396	(274)	122		
		1.415	(970)	445		1.725	(1.039)	686		
Total do imobilizado em serviço		1.624.318	(464.408)	1.159.910		1.621.182	(428.336)	1.192.846		
Imobilizado em curso										
Geração										
Administração										
		40.871		40.871		34.404		34.404		
		1.215		1.215		1.244		1.244		
Total do imobilizado em curso		42.086	-	42.086		35.648	-	35.648		
Total do imobilizado		1.666.404	(464.408)	1.201.996		1.656.830	(428.336)	1.228.494		

12.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$47.149 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do Estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 9 de abril de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 018/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE I). Em 14 de julho de 2015 foi aprovado o Edital do Leilão e em 26 de agosto de 2015 foi realizado o Leilão nº 01/2015-ANEEL e novamente, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 16 de dezembro de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 080/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE M).

Quando houver proponente vencedor, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo concessionário sem ônus, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.

12.2 Mutação do imobilizado

	Valor líquido		Transferência para				Valor líquido
	Nota	31/12/2014	Adições	imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação	
Imobilizado em serviço							
Terrenos		114.510					114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		523.394	76	3.585	(14.107)		512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias		240.047			(7.747)		232.300
Máquinas e equipamentos		314.420		24	(14.567)		299.877
Veículos		344			(91)	(86)	167
Móveis e utensílios		131			(23)		108
Total do imobilizado em serviço		1.192.846	76	3.609	(36.535)	(86)	-
Imobilizado em curso							
Terrenos		2.082					2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	12.2.1	721	4.458	(3.585)			1.594
Edificações, obras civis e benfeitorias		256					256
Máquinas e equipamentos		12.330	4.264	(24)	(16)	(801)	15.753
Adiantamento a fornecedores		645	902			1.121	2.668
Depósitos Judiciais	19.1.1.1	14.305					14.305
Outros		5.309	439			(320)	5.428
Total do imobilizado em curso		35.648	10.063	(3.609)	-	(16)	-
Total do imobilizado		1.228.494	10.139	-	(36.535)	(102)	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras

O ingresso no valor de R\$4.458 inclui R\$3.585 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2015				31/12/2014					
	Taxes		Custo	Amortização	Valor	Taxes		Custo	Amortização	Valor
	anuais médias	de depreciação %				anuais médias	de depreciação %			
Intangível em serviço										
Geração										
Direito de concessão - Licenças ambientais		20,00	2.976	(595)	2.381					-
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.1.1	3,22	20.137	(9.124)	11.013	3,22	20.137	(8.476)	11.661	
		23.113	(9.719)	13.394		20.137	(8.476)	11.661		
Sistema de transmissão de conexão										
Servidão permanente			111		111		111		111	
			111	-	111		111	-	111	
Administração										
Software		20,00	1.635	(1.409)	226	20,00	1.629	(1.281)	348	
			1.635	(1.409)	226		1.629	(1.281)	348	
Total do intangível em serviço		24.859	(11.128)	13.731		21.877	(9.757)	12.120		
Intangível em curso										
Geração										
Desenvolvimento de projetos	13.1.2			-			12.450		12.450	
Outros			27		27		16		16	
Administração			419		419		201		201	
Total do intangível em curso			446	-	446		12.667	-	12.667	
Total do intangível			25.305	(11.128)	14.177		34.544	(9.757)	24.787	

13.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 18).

A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

13.1.2 Desenvolvimento de projetos

O saldo de R\$12.450 de 31 de dezembro de 2014 referia-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins.

O projeto da UHE - Tupirantins consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado, com potência de 620 MW, área de inundação de 370 Km² e um custo estimado de R\$1,4 bilhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.

Trata-se de empreendimento cuja área de inundação se sobrepõe à reserva indígena, o que faz com que sua construção dependa de ato do Congresso Nacional. O cenário atual aponta para grandes dificuldades na viabilização de usinas hidrelétricas que conflitam com reservas indígenas. Pode-se identificar nos recentes estudos da UHE São Luiz do Tapajós que a presença de habitações indígenas, ainda que sem uma reserva legalmente constituída, vem impedindo o licenciamento ambiental.

Tal cenário, agravado pelo decurso de tempo do projeto, contribuiu para reduzir de forma significativa a atratividade do projeto e, portanto, em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia concluiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto, de acordo com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, visto que não há expectativa para sua realização decorrente de implantação ou venda do projeto, pois não houve até o momento indicativo dos órgãos ambientais no sentido de sua aprovação. Quando houver a aprovação ambiental do projeto a Administração da Companhia reavaliará a expectativa de sua implementação ou venda e a respectiva reversão da provisão.

13.2 Mutação do intangível

	Valor líquido		Transferência para		Provisão de	Valor líquido
	Nota	31/12/2014	Adições	imobilizado em serviço		
Intangível em serviço						
Software		348		6	(128)	226
Servidão permanente		111				111
Direito de concessão - Licenças ambientais		-		2.976	(595)	2.381
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		11.661			(648)	11.013
Total do intangível em serviço		12.120	-	2.982	(1.371)	-
Intangível em curso						
Desenvolvimento de projetos	13.1.2	12.450				(12.450)
Outros intangíveis em curso	13.2.1	217	3.211	(2.982)		446
Total do intangível em curso		12.667	3.211	(2.982)	-	(12.450)
Total do intangível		24.787	3.211	-	(1.371)	(12.450)

13.2.1 Outros intangíveis em curso

O ingresso no valor de R\$3.211 inclui R\$2.976 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO obtida em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 5 anos, conforme descrito na nota 19.2.

14 Fornecedores

	Circulante		Ativo	
	Saldo em	Depósito judicial	Saldo em	Depósito judicial
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Encargos de uso da rede elétrica	155	153		
Operações CCEE	290	486		
Materiais e serviços	4.317	4.719		
Total	4.762	5.358		

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 8 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de JSCP no valor de R\$42.221, sendo R\$35.888 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$34.953 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado no circulante em dezembro de 2014. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 17 de abril de 2015.

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2015, a distribuição da parcela dos lucros retidos, a título de Dividendos no valor de R\$61.208 aos acionistas detentores de ações ordinárias. Os respectivos dividendos foram pagos no dia 26 de novembro de 2015. Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$45.000, sendo R\$35.018 atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e R\$9.982 atribuíveis aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", "B" e "C" (Nota 16). Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Dividendos		Pagamentos		Pagamentos	
	31/12/2014	aprovados	JSCP	Pagamentos não realizados	31/12/2015	31/12/2015
Lajeado Energia S.A.	26.198	70.197	21.729	(96.395)		21.729
CEB Lajeado S.A.	7.178	19.232	5.953	(26.410)		5.953
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.512	6.732	2.084	(9.244)		2.084
Acionistas não controladores	2.648			(56)		101
	38.536	96.161	29.766	(132.105)		32.459

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2015		31/12/2014	
	Encargos	Principal	Encargos	

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Desapropriações
Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.739 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 12.2).

19.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	203	513	52	84
Cíveis	112.754	93.419		
Fiscais	2.847	2.391	5	5
Total	115.804	96.323	57	89

19.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$111.729 (R\$92.596 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 19.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$777 (R\$624 em 31 de dezembro de 2014).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$150 (R\$120 em 31 de dezembro de 2014).

19.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão.

Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. Como consequência, em março de 2015 a Companhia substituiu uma provisão adicional no montante de R\$6.561, sendo que, deste montante, R\$2.976 foram registrados em contrapartida ao Intangível (Nota 13.2) e R\$3.585 no Imobilizado (Nota 12.2).

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2015 foram de R\$6.070. Deste montante, R\$4.244 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.826 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transfe-rências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
Circulante	1.723	3.228	(4.244)	1.112	9.124	(114)	10.829
Não circulante	6.296	4.627		432	(9.124)	(154)	2.077
Total	8.019	7.855	(4.244)	1.544	-	(268)	12.906

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2015 face a 31 de dezembro de 2014. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2015 e 31/12/2014											
	Em milhares de ações											
	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação	Qtd. de ações "PNA"	% Participação	Qtd. de ações "PNB"	% Participação	Qtd. de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado												
Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
 - uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
 - uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
 - serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de lucros a realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
 - uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
 - no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
 - o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.
- Segue abaixo a distribuição do resultado do exercício de 2015:

	31/12/2015
Lucro líquido apurado no exercício	69.539
Constituição da reserva legal - 5%	(3.476)
	66.063
Destinação do lucro	
Dividendos intermediários - JSCP	35.018
Dividendo adicional proposto	31.045

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
 - ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.
- De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:
- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
 - prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
 - igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		38.793	35.317
Retenção de lucros	20.3.2	5.302	55.779
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	20.3.3	184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	20.3.4	31.045	45.684
		259.794	321.434

20.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A redução da rubrica no montante de R\$50.477 foi em consequência dos seguintes eventos: (i) ajuste dos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" no montante de R\$10.731 (Nota 16.2); e (ii) distribuição da parcela dos lucros retidos aos acionistas detentores de ações ordinárias, a título de Dividendos, no montante de R\$61.208 (Nota 15).

20.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.3.4 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. Do saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$45.684, R\$34.953 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 15) e R\$10.731 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 16.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 8 de abril de 2015.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	336	203		539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114)		(69)	(183)
	222	203	(69)	356

21 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias são efetuados mensalmente.

	MWh (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
	39.275	43.231	6.116	6.423
Energia de curto prazo	2.577	69	461	176
Arrendamentos e alugueis			230.580	221.105
Outras receitas operacionais			586	60
Receita operacional bruta	41.852	43.300	237.743	228.305
(-) Deduções à receita operacional			(22.295)	(23.174)
PIS/COFINS			(21.991)	(21.123)
P&D			(57)	(2.051)
Outros encargos			(247)	
Receitas	41.852	43.300	215.448	205.131

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

	2015					2014
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciaíveis						
Energia elétrica comprada para revenda		757			757	1.822
Encargos de uso da rede elétrica		1.400			1.400	1.380
Taxa de fiscalização						- 170
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)						- 259
		2.157	-	-	2.157	3.478
Gerenciaíveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.941		5.148	11.089	11.277
Material		960		129	1.089	961
Serviços de terceiros		8.838		6.995	15.833	16.403
Depreciação		36.167		298	36.465	36.061
Amortização		1.276		95	1.371	789
PCLD/perdas líquidas						- (15)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					289	289 (202)
Alugueis e arrendamentos				415	415	342
Perdas na desativação e alienação de bens	22.1				12.248	12.248 180
Outras			418	1.533	1.951	1.974
		-	53.600	14.613	12.537	80.750
Total		2.157	53.600	14.613	12.537	82.907

22.1 Perdas na desativação e alienação de bens

O saldo desta rubrica contém R\$12.450 referente a provisão para redução ao valor recuperável do projeto da UHE - Tupirantins (Nota 13.1.2).

23 Resultado financeiro

	Nota	2015	2014
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		7.907	4.726
Juros e multa sobre impostos		107	379
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(226)	
Outras receitas financeiras		596	419
		8.384	5.524
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas			(15.489)
Variações monetárias moeda nacional		(1.398)	(351)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	16.2	(1.674)	(1.025)
Ajustes a valor presente		(6.998)	(7.885)
Atualização monetária uso do bem público		(7.188)	(2.584)
Benefícios pós-emprego		(93)	(93)
Outras despesas financeiras		(106)	(135)
		(52.228)	(27.562)
		(43.844)	(22.038)

24 Imposto de renda e contribuição social

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil		
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	34.695	54.775	34.695	54.775
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	4		14.968	26.271	14.968	26.271
Concessionárias	5		1.200	618	1.200	618
Rendas a receber	6		19.215	18.425	19.215	18.425
			70.078	100.089	70.078	100.089
Passivos Financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	14		4.762	5.358	4.762	5.358
Uso do bem público	18		39.949	45.010	48.113	45.010
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional			89.318	89.622	89.318	89.622
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11		351	52	351	52
			134.380	140.042	142.544	140.042

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(I) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo médio de capital do Grupo - EDP Energias do Brasil.

26.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		<i>Aging</i>					
		cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.349	3.349	837	1.675	(837)	(1.675)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 10,75% e 15,75% a.a.

26.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Hamilton Carlos Nunes Conselheiro
--	---	---

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e de Relações com Investidores	José Cherem Pinto Diretor Vice-Presidente de Controle	Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade
João Marcos Assis da Silva Diretor Vice-Presidente	Stella Maris Moreira Fuão Diretora Administrativo e Financeiro	Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S"TO
Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação	Daniel Shen Cheng Chen Diretor Jurídico	

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim Conselheiro	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	Christiano Chagas Monteiro de Melo Conselheiro	Paulo Afonso Teixeira Machado Conselheiro	Ademir José Scarpin Conselheiro
--	---	--	---	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 01 de março de 2016 às 13:30 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014	
	De 1 a	De 3 meses	De 1 a	Mais de			
	Até 1 mês	3 meses	a 1 ano	5 anos	5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	1.514	1.760	1.488			4.762	5.358
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				351		351	52
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			8.488	18.503	62.327	89.318	89.622
Uso do bem público	333	1.094	2.841	14.986	28.859	48.113	45.010
	1.847	2.854	12.817	33.840	91.186	142.544	140.042

26.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a pagar no valor de R\$32.459; e (ii) provisão para custos com a licença ambiental no imobilizado e intangível no valor de R\$7.251. Ambas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	259	137			396	414
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	21.628	18.066	435	987	41.116	30.790
Prêmio de risco - GSF	485			250	735	
	22.372	18.203	435	1.237	42.247	31.204

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	235	153			388	387
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	18.207	15.781	407	1.075	35.470	29.559
Prêmio de risco - GSF	485			335	820	
	18.927	15.934	407	1.410	36.678	29.946

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Aval de acionista	Seguro de vida	8.068	8.348
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
	Compra de energia	20.293	20.943
	Outros	50	785
		29.046	30.711

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.002		14.230	
Usinas	1.042.665	200.000	972.891	200.000
Prédios e conteúdos (próprios)	458		458	
Prédios e conteúdos (terceiros)	898	1.355	898	898
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	8.069		8.348	

(* Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517. A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.572; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$77.565.



São Paulo, 1º de março de 2016

Valdir Renato Coscodaí
 Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO